

7. Autoridade Marítima Nacional

a) Introdução

Esta síntese identifica as atividades realizadas na Autoridade Marítima Nacional (AMN) no âmbito da Direção-Geral da Autoridade Marítima e do Comando-Geral da Polícia Marítima (DGAM/CGPM) durante o ano de 2015.

O desenvolvimento do plano de atividades da DGAM/CGPM para 2015 decorreu de forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido, no sentido de assegurar o atingir dos objetivos estratégicos superiormente definidos.

A assunção de uma abordagem abrangente do mar visa identificar as relações entre os diversos órgãos e serviços das diferentes tutelas que nele têm responsabilidades. No âmbito funcional de administração marítima, e desde a criação da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e da Direção-Geral da Política do Mar (DGPM), aquando da última reforma institucional operada na tutela do Mar, assistiu-se à progressiva solidificação das respetivas estruturas, tendo-se mantido, em termos institucionais, o quadro de colaboração entre aqueles serviços e os órgãos e serviços integrantes da AMN, e, em especial, da DGAM, sendo expectável, com a entrada em funções do XXI Governo Constitucional, e com a publicação da sua lei orgânica (LOGV) – Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro -, um crescendo na articulação interdepartamental, tanto mais que o Mar constitui, agora, um Ministério próprio em sede governamental.

Neste contexto, é relevante sublinhar que, não obstante o nº2, do artigo 15º, daquele diploma, se procede à definição de que o “Ministro da Defesa Nacional exerce as competências legalmente previstas sobre os serviços, organismos, entidades e estruturas identificados no Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro (...)”, isto é, a Autoridade Marítima Nacional expressamente incluída em tal âmbito, também é certo que a LOGV preceitua, igualmente, no nº4 daquele preceito, que “Compete ao Ministro da Defesa Nacional, conjuntamente com a Ministra do Mar, no âmbito das respetivas competências, definir as orientações estratégicas para a Autoridade Marítima Nacional e coordenar a execução dos poderes de autoridade marítima nos espaços sob jurisdição e no quadro de atribuições do Sistema da Autoridade Marítima.”, o que pressupõe uma articulação mais estreita entre a tutela do Mar e – através da tutela da Defesa Nacional - a AMN.

O mesmo tipo de processo de cooperação reforçada continuou a desenvolver-se com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), atualmente um dos parceiros estratégicos da DGAM, prosseguindo a cooperação funcional que já se havia construído, anteriormente, entre a AMN, o Instituto da Água e as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), sobretudo em matéria de ordenamento e gestão balnear, construções abusivas em espaços do Domínio Público Marítimo (DPM), procedimentos concursais quanto a concessões e licenciamentos de estruturas amovíveis em espaços balneares, fiscalização de recursos, delimitação de terrenos privados com o DPM e, no aplicável, ocorrências de poluição marítima, tendo-se continuado – embora com menor grau de sucesso - os trabalhos legislativos conjuntos no âmbito do registo patrimonial marítimo de embarcações a operar em águas interiores sob jurisdição da APA.

No seguimento da publicação da Lei n.º 68/2004, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico do exercício da atividade do nadador-salvador, foi

desenvolvido todo o processo regulamentar das suas premissas, tendo já sido publicadas, entre outros, a Portaria nº 311/2015, de 28 de setembro, e a Portaria nº 373/2015, de 20 de outubro, além de ter sido publicada a Portaria nº 123/2015, de 5 de maio, com relevância nesta matéria.

Também na sequência da publicação da Lei nº 70/2014, de 1 de setembro, sobre o regime do mergulho profissional, já se está em fase de finalização do respetivo processos legislativo.

b) Atividades desenvolvidas

(1) Assegurar o salvamento marítimo, socorros a náufragos e assistência a banhistas (DGAM-D1)

Esta atividade visou desenvolver as capacidades, as competências e o dispositivo do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), por forma a obter-se racionalidade e eficácia na prestação desse serviço de interesse público.

TIPOLOGIA	N.º acções
Salvamento Marítimo	
N.º total de saídas dos salva-vidas	2.427
N.º de saídas de Socorro	313
N.º de embarcações assistidas	57
N.º de pessoas assistidas	292
N.º de embarcações resgatadas	3
N.º de vidas salvas	26
Assistência a Banhistas	
Salvamentos efetuados por nadadores salvadores em praias vigiadas	563
Assistência/salvamentos a banhistas realizados com 28 viaturas do projeto AMAROK cedidas pela SIVA:	
Salvamentos	595
Assistências de 1.ºs socorros	742
Crianças perdidas nas praias	62
Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 15 motos 4x4 e tipo GOES doadas pela Vodafone	
Salvamentos	126
Assistências de 1.ºs socorros	583
Crianças perdidas nas praias	39
Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 7 motos de salvamento marítimo doadas pela Vodafone	
Salvamentos	13

Mortalidade por parte dos banhistas na prática
balnear durante o período estipulado pela
Portaria n.º 267/2010, de 16ABR:

Praias vigiadas marítimas	0
Praias não vigiadas marítimas	6
Praias vigiadas fluviais	1
Praias não vigiadas fluviais	0
Número total	7

Quadro 7.1 – Salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas

(2) Assegurar as adequadas capacidades para o assinalamento e posicionamento marítimo (DGAM-D2)

Esta atividade foi assegurada pela Direção de Faróis (DF), visando desenvolver as capacidades e as competências do seu dispositivo, por forma a melhor cumprir a missão que lhe está cometida no âmbito do assinalamento e posicionamento marítimo.

Além das atividades relevantes expressas no Quadro 7.5, no âmbito da área técnica, foram executadas múltiplas ações de manutenção, substituição e alteração dos sistemas iluminantes de faróis, farolins e boias, para garante da melhoria dos respetivos alcances e visibilidade, manutenção dos equipamentos flutuantes (boias), implementação de soluções conducentes à redução dos consumos energéticos, implementação de soluções para melhoria do controlo e monitorização dos dispositivos de sinalização e das estações da rede nacional DGPS, para além da continuação do programa de remodelação total das instalações de proteção de todos os faróis contra as descargas atmosféricas, com extensão estimada até ao final de 2016.

Ao nível de Infraestruturas, realizaram-se diversas ações de manutenção nos faróis e infraestruturas anexas do continente e ilhas, procurando-se consolidar o conceito de intervenção ao nível do 1.º e 2.º escalão de manutenção, com redução significativa das intervenções ao nível do 3.º escalão, permitindo garantir ganhos significativos em termos de economias de escala. Continua em curso a junção da área oficial do ISN e da DF, dando continuidade ao processo de criação do Serviço de Apoio Oficial da AMN.

Foi dado cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito da prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo portuário, no âmbito dos protocolos estabelecidos com as administrações portuárias e outras entidades. De acordo com o protocolado com a APS foi iniciado o processo de remodelação e uniformização dos assinalamentos, tendo sido adquiridos grande parte dos equipamentos necessários para o efeito.

Foi elaborado o projeto de assinalamento marítimo costeiro da Republica de Angola, englobando o levantamento do estado atual da rede e o respetivo projeto de implementação.

Ao Nível cultural merecem destaque as comemorações do centenário do Farol do Cabo Sardão, organizadas em conjunto com a Câmara Municipal de Odemira, e o sucesso crescente da abertura dos faróis a visitas, iniciativa que em 2015 contou com um número total de 51.291 visitantes, o que representa um crescimento de 23% face ao ano anterior.

No âmbito da Cooperação Técnico-Militar, a Direção de Faróis executou uma ação de apoio à Guarda Costeira de S. Tomé e Príncipe e manutenção dos assinalamentos marítimos.

A Direção de Faróis integra o conselho diretivo da “International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities” (IALA), cargo que vai desempenhar no quadriénio 2014/2018. Foi ainda garantida a participação em diversas reuniões e painéis, com intervenção ativa na definição da regulamentação internacional inerente ao assinalamento e posicionamento marítimo.

(3) Assegurar as adequadas capacidades para combate à poluição do mar (DGAM-D3)

Esta atividade é assegurada pelo Serviço de Combate à Poluição do Mar (SCPM), sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica relativos à vigilância e combate à poluição do mar, bem como pela coordenação e desenvolvimento de operações tendentes ao combate à poluição através, nomeadamente, da ativação do Centro Nacional de Coordenação Operacional, quando necessário, e da direção superior das ações dos Destacamentos de Intervenção, quando constituídos.

Realça-se o tratamento de 81 derrames e/ou potenciais derrames, dos quais 10 Pollution Report (12,35), 67 alertas do sistema em operação na EMSA CLEANSEANET (CSN) (82,72 %) e 4 outros alertas (4,93%), relativos a outros tantos potenciais episódios de poluição do mar, que ocorreram no espaço marítimo português.

Dos 67 potenciais derrames registados pelo sistema CSN em águas sob jurisdição portuguesa, 64 (95,52 %) não foram verificados nem confirmados, 3 (4,48%) foram verificados, confirmando-se dois à posteriori como sendo hidrocarbonetos.

Realizou-se um (1) treino operacional interno, executado no Departamento de Limitação de Avarias da Escola de Tecnologias Navais, com a duração de três dias, o qual envolveu todo o pessoal do SCPM e os equipamentos na vertente de matérias químicas perigosas (HNS) e de comunicações, dos quais se destaca a Unidade de Controlo Ambiental. Foi ainda planeado, coordenado e executado, em estreita colaboração com o Departamento Marítimo do Norte, o exercício “ANÉMONA”. Este exercício, executado no nível dois do Plano Mar Limpo, contou com a participação de diversas entidades, das quais se salientam a European Maritime Safety Agency (EMSA), o Interdisciplinary Centre of Marine and Environmental Research, o Instituto Superior Técnico, a Câmara Municipal de Matosinhos, a Administração do Porto do Douro e Leixões, as empresas TEKEVER e TINITA, a Marinha, entre outras. O SCPM efetuou o acompanhamento, como observador, em quatro exercícios de combate à poluição do mar, no domínio público marítimo da área de jurisdição dos Departamentos Marítimos do Centro (1), Sul (1), dos Açores (1) e da Madeira (1).

Foram elaborados pareceres técnicos, relativos ao licenciamento de bancas em Cascais e Lisboa e em Aveiro, no parque de Carvão, para remodelação e apreciados os Planos de Contingência para incidentes de poluição, relativos aos processos de licenciamento de atividades de perfuração para a pesquisa de hidrocarbonetos nas costas Vicentina e Sul do território continental.

(4) Assegurar as adequadas capacidades para a Segurança Nacional externa/interna - Defesa Civil - Policiamento Marítimo (DGAM-D4)

Esta atividade é assegurada pela Polícia Marítima (PM), que é uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas matérias e espaços legalmente atribuídas ao Sistema de Autoridade Marítima e à Autoridade Marítima Nacional, e composta por militares da Marinha e agentes militarizados. Durante o ano de 2015 foram executadas 101.125 missões nos espaços de atuação operacional da Polícia Marítima, das quais 46.719 na área portuária, 9.474 no âmbito da pesca, 4.990 no âmbito da náutica de recreio, 7.716 a navios e embarcações, 26.946 no domínio público marítimo e 5.280 noutros âmbitos. Foram ainda efetuadas 19.378 visitas de entrada e saída a navios. No que concerne a contraordenações, foram elaborados um total de 7.726 autos, relativos a ilícitos ocorridos nos espaços de jurisdição dos Comandos Locais da Polícia Marítima. Destes, de destacar os 2.320 registados no âmbito da fiscalização das pescas, 3.161 ocorridos no domínio público marítimo e 1.662 de outro âmbito. Relativamente aos ilícitos criminais registaram-se 1.083 crimes, dos quais 700 contra o património, de onde se destacam os 154 furtos de objetos não guardados, 139 outros furtos e 113 furtos em veículos motorizados. Quanto aos crimes contra as pessoas foram apurados 263 ocorrências, das quais 94 crimes contra a vida (onde se incluem os suicídios) e 66 crimes de ofensa à integridade física voluntária simples. Nas restantes categorias de crimes foram registados 55 crimes previstos em legislação especial, 47 crimes contra a vida em sociedade e 18 crimes contra o estado. No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, releva-se a apreensão de 175,340 quilogramas de haxixe, bem como a detenção de seis indivíduos, por posse de estupefacientes em quantidades superiores ao permitido por lei, para que seja considerado para consumo próprio.

Em termos operacionais, foram realizadas 230 operações conjuntas com diversas entidades que permitiram o combate a ilícitos criminais e contraordenacionais praticados nos espaços de jurisdição dos comandos locais da PM.

O Grupo de Ações Táticas (GAT) da PM foi empenhado em seis ações reais, nomeadamente para efetuar segurança de área no âmbito de eventos de visibilidade internacional, para efetuar a proteção de Altas Entidades, na abordagem a navio para efetuar detenção, no cumprimento de mandado de buscas e detenção, entre outras. Paralelamente o GAT participou em dois exercícios no âmbito do *International Ship and Port facility Security Code*.

O Grupo de Mergulho Forense (GMF) da PM, no âmbito da sua atividade operacional específica realizou 71 missões: 15 buscas para recuperação de cadáveres, 14 salvação marítima e trabalhos subaquáticos, 8 buscas/deteção e avaliação de sinistros marítimos, 1 busca para verificação de condições de segurança para o embarque e permanência de altas entidades, 3 peritagens de acidentes de mergulho, 3 buscas/diligências para deteção e recuperação de material furtado, 2 buscas e recuperação de armas, 3 segurança a evento internacional, 1 colaboração com a DGRM, 1 busca e deteção de viaturas, 1 buscas/deteção e recuperação de aeronave, 2 buscas/deteção e recuperação de estupefacientes, 1 permanência e segurança/apoio a operações de socorro, 3 apoio a exercícios, 1 inspeção, 7 participação em exercícios, eventos de proteção civil, palestras e seminários e, 4 missões de apoio à fiscalização/policiamento.

No âmbito do projeto *European Patrols Network* da agência FRONTEX, no que diz respeito ao controlo das fronteiras marítimas, foram em 2015, empenhados meios operacionais da AMN em diversas operações no Algarve e na Madeira, de onde se releva 1.503 horas de empenhamento, 3.441 embarcações fiscalizadas e 9.809 pessoas de diversas nacionalidades identificadas.

No domínio da cooperação internacional, a PM integrou a “Operação Poseidon Sea”, da Agência FRONTEX, de 1 de janeiro a 28 de fevereiro e de 1 de outubro a 31 de dezembro 2015, tendo neste período envolvido uma embarcação semi-rígida e oito elementos da PM. A operação decorre no mar Egeu e o seu objetivo é cooperar com a Grécia no controlo e vigilância das suas fronteiras marítimas nomeadamente, no combate à imigração ilegal com destino à Europa. Até ao final de 2015, a PM, ao longo de 546 horas de missão no mar, efetuou o resgate de 1756 pessoas e deteve 4 facilitadores à imigração ilegal. Participam nesta operação, para além da Grécia, mais 17 estados membros da União Europeia, dois países terceiros (Albânia e Ucrânia) como observadores e diversas organizações europeias como a *European Police Office*, EMSA entre outras. De referir também a participação da PM nos exercícios NATO, “*STEADFAST INDICATOR*” e “*STEADFAST ILLUSION*” (ambos na Roménia) cujo propósito foi o adestramento e manutenção da capacidade *Human Intelligence* e de contra-informação.

(5) Promover o acompanhamento das iniciativas nos domínios afetos à Segurança Marítima (DGAM-D5)

Esta atividade é assegurada pela Direção Técnica, sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica que, no âmbito da DGAM, devam ser desenvolvidos em matéria de fiscalização das águas sob jurisdição marítima nacional e áreas integrantes do domínio público marítimo, bem como a vigilância, segurança da navegação, preservação dos recursos vivos e proteção do meio marinho.

Enquanto agente de proteção civil, de acordo com a Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de Agosto), a AMN tem assento na Comissão Nacional de Proteção Civil, onde é representada pelo Diretor-geral da Autoridade Marítima. Durante o ano de 2015, a Comissão Nacional de Proteção Civil reuniu, ordinariamente uma vez e extraordinariamente uma vez, sob a presidência do Secretário de Estado com a tutela da Proteção civil e do Ministro da Administração Interna, respetivamente, tendo sido apreciados e aprovados os planos municipais de emergência de proteção civil dos municípios de Espinho, da Figueira da Foz e Gondomar e as primeiras revisões dos planos municipais de emergência de proteção civil dos municípios de Leiria e Seixal, todos eles com território adjacente ao espaço de jurisdição marítima.

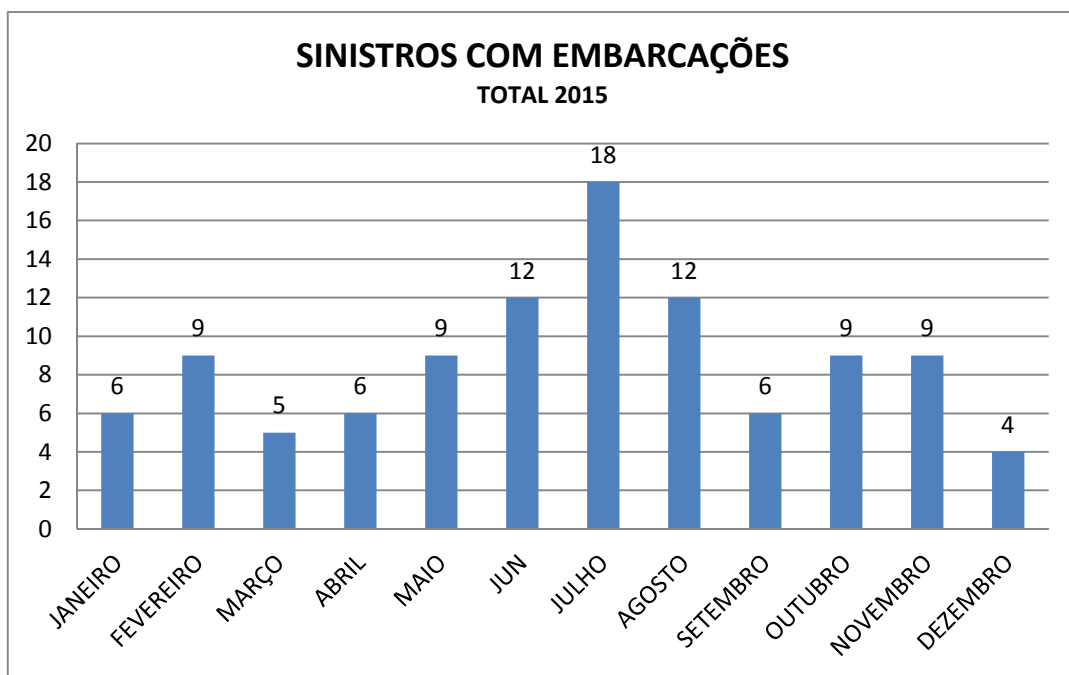
Foram apreciados planos de emergência externa no contexto da diretiva Seveso II, para a instalações industriais perigosas que se localizam junto ao DPM, em particular o do concelho do Barreiro, cujo território é adjacente ao espaço de jurisdição marítima da Capitania do Porto de Lisboa, correspondente aos terminais portuários situados no rio Tejo.

No âmbito do Sistema internacional de alerta de tsunamis do Atlântico Nordeste, mediterrâneo e mares conexos a AMN participou num exercício internacional tipo CPX, que envolveu as capitánias dos portos do Departamento Marítimo do Sul (Westsunami).

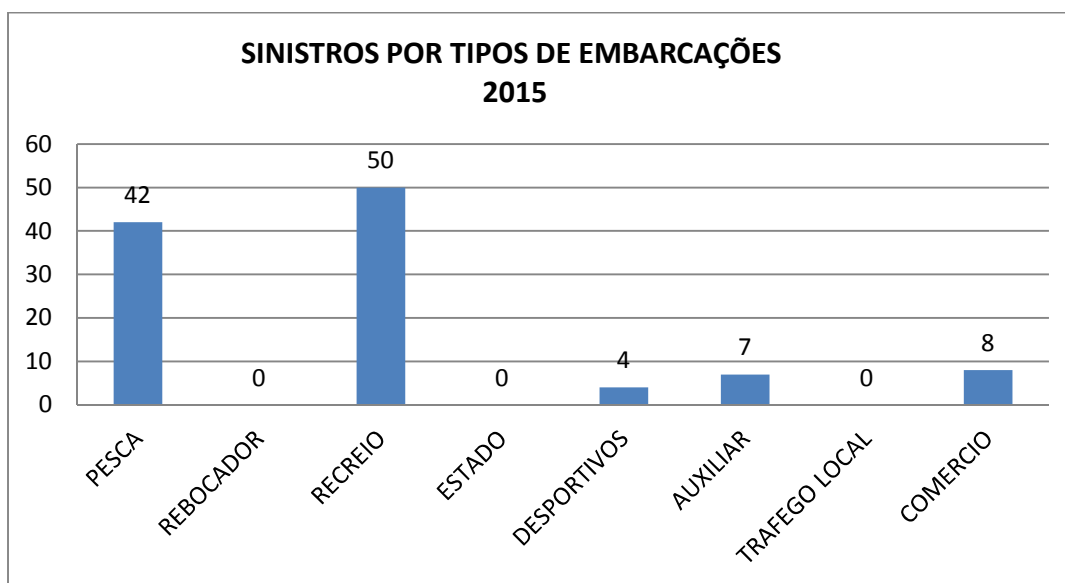
Este exercício foi apoiado pela Comissão Europeia tendo também participado os Reinos de Espanha e Marrocos. Neste exercício foi usado o sistema de comando e controlo CECIS poluição, uma vez que este era o único sistema comum aos países participantes, tendo em paralelo sido desenvolvido um exercício de combate à poluição na Capitania do Porto de Lagos tipo LIVEX.

Durante o ano de 2015 a AMN continuou a apoiar as operações de scooping, no âmbito do combate aos incêndios florestais, em particular no Rio Douro e nos estuários dos rios localizados na região norte do País.

O quadro seguinte apresenta informação sobre sinistros marítimos e costeiros ocorridos durante o ano de 2015, verificando-se, relativamente a 2014, um incremento do número de sinistros com embarcações.

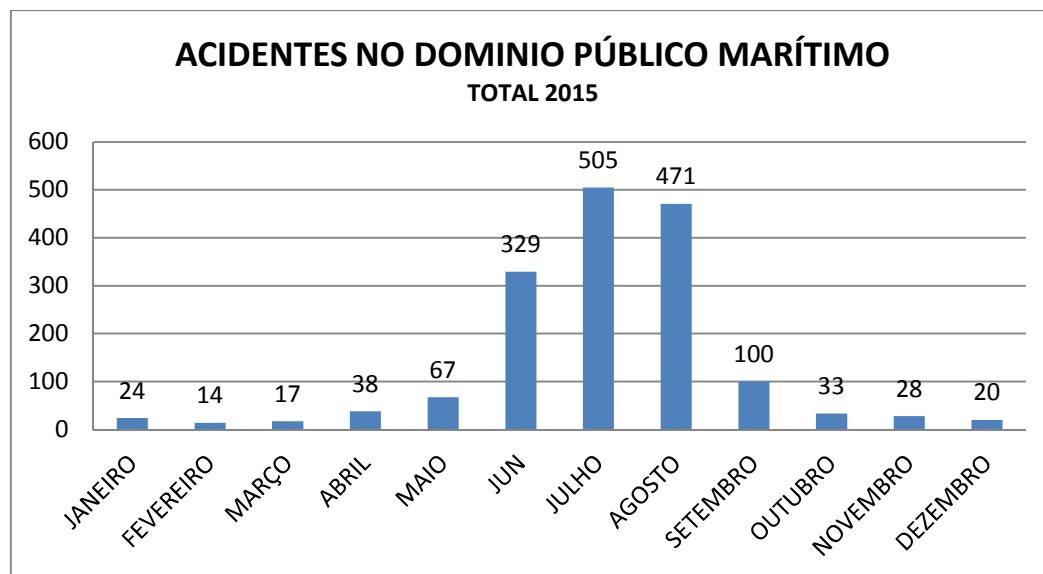


Quadro 7.2 - Distribuição dos sinistros com embarcações ao longo de 2015



Quadro 7.3 - Distribuição dos sinistros por tipo de embarcação em 2015

Dos dois gráficos acima é possível concluir que o maior número de sinistros se verifica no segmento de embarcações de recreio, cuja prática é intensificada na época balnear, sendo, no entanto, de gravidade reduzida.



Quadro 7.4 - Distribuição dos acidentes com pessoas no Domínio Público Marítimo ao longo de 2015

Os acidentes com pessoas no DPM totalizaram 1.646 o que se traduz num aumento em relação aos 1.561 de 2014, sendo que mais de três quartos dos acidentes se verificaram durante a época balnear.

(6) Edificar, sustentar e manter as capacidades da logística estrutural, genética e operacional da Autoridade Marítima (DGAM-D6)

Esta atividade, de execução transversal a diversos serviços, é assegurada maioritariamente pela Direção de Administração Financeira e Logística (DAFL), responsável por desenvolver as ações de planeamento, coordenação e execução e de gestão financeira e patrimonial de acordo com os objetivos e fontes de financiamento superiormente definidas, bem como a planificação de toda a atividade logística. Em 2015, salienta-se a aquisição dos selos brancos da totalidade dos Comandos Locais da Polícia Marítima, conclusão da beneficiação das novas instalações do CGPM, conclusão da edificação do espaço oficial da AMN na DF (SAO-AMN), beneficiação da Capitania do Porto de Leixões, conclusão da adaptação do Comando Local da PM de Viana do Castelo, beneficiação de dois apartamentos do Bloco residencial nº 2 na Horta (Ex-ERNH), edificação de espaço de armazenagem para o Departamento Marítimo do Norte, beneficiação dos alojamentos da PM no edifício da Ex-ESV de Lagos, substituição das caixilharias dos Faróis de Montedor e do Cabo Mondego, colocação de energia elétrica no Farol do Esteiro e substituição da rede de esgotos do Farol da Ponta do Pargo, entre outras.

No âmbito do apetrechamento realça-se a conceção e desenvolvimento no SAO-AMN do conceito de viatura de vigilância costeira da PM, a aquisição de três câmaras de imagem térmica para a PM, de um carro berço para a ESV da Ericeira, de

vários motores fora de borda de diversas potências para os órgãos e serviços da DGAM, de três motos de água, equipamento e fardamento operacional para o GAT-PM, apetrechamento do CGPM, do Gabinete de Imagem e Relações Públicas da AMN e do da Comando Local da PM de Viana do Castelo, bem como de diverso equipamento tático destinado aos Grupos de Ação Tática e de Mergulho Forense da PM.

É de realçar ainda o investimento realizado, por via da dotação atribuída na fonte de financiamento LPM, na edificação da componente de comando e controlo no âmbito do combate à poluição do mar, incrementando a capacidade operacional da DCPM, procedendo-se à conclusão da edificação da componente HNS, com a aquisição de diverso equipamento dedicado para equipar o contentor de catástrofes.

No prosseguimento duma política de renovação e modernização dos meios afetos à AMN foram em 2015 objeto de reparação a S/R "Arade", S/R "Tejo", a S/R "16" e a S/R "Albatroz", entre muitas outras. Concretizaram-se ainda reparações importantes na UAM do salvamento marítimo "N. Senhora dos Navegantes" e nas UAM "Diligente" e "Nortada".

Fazendo uma referência à atividade inspetiva no âmbito da AMN, durante o ano de 2015, a nível central, foram efetuadas, de acordo com o plano aprovado, 5 inspeções a órgãos e serviços locais da DGAM. Todas as inspeções tiveram em conta as inspeções anteriores, englobando as áreas de Conservatória e Registos, DPM, Pescas e Comando. Concomitantemente foram efetuadas inspeções na área específica da PM nos Comandos Locais e Postos Marítimos, correspondentes por Inspectores dessa Polícia.

Ainda neste âmbito, mas enquanto órgão auditado, foi concluída em junho de 2015 o trabalho de campo da auditoria à DGAM por parte da Inspeção-geral da Finanças, na área das finanças e da logística, a qual havia sido iniciada em dezembro de 2014, aguardando-se a receção do relatório de auditoria.

ATIVIDADES DA DGAM / CGPM					
Descrição da Atividade/ Ações	Indicadores de realização da Atividade	Contributo da Ação para o resultado	Meta	Taxa de Realização	Observações / Notas
DGAM-D1	<u>Realização de cursos:</u> n.º cursos nadador salvador	100	100	98,00% 98,00%	98 Cursos
DGAM-D2	<u>Ações de manutenção:</u> N.º ações em faróis/farolins	100	3.000	104,13% 104,13%	3.124 Ações
DGAM-D3	<u>Assegurar adestramento do pessoal:</u> Treinos e exercícios	100	1	100,00% 100,00%	1 Exercício
DGAM-D4	<u>Vigilância, fiscalização e policiamento:</u> N.º ações de vigilância e fiscalização;	100	100.000	101,13% 101,13%	101.125 Ações
DGAM-D5	<u>Emissão de pareceres:</u> N.º pareceres âmbito assinalamento marítimo	100	20	85,00% 85,00%	17 Pareceres
DGAM-D6	<u>Atividade inspetiva:</u> N.º ações a órgãos dependentes	50	5	102,63% 100,00%	5 Ações
	<u>Unidade de Tesouraria:</u> Saldo de créditos libertos	50	95%	105,26%	100% Saldo de créditos libertos

Quadro 7.5 – Atividades da DGAM/CGPM

c) Atividade não programada

De modo a incrementar a capacidade da PM na área da vigilância costeira foi executada nas oficinas da Direção de Faróis, a adaptação de uma viatura tática, tendo sido instalado um radar, um recetor de AIS e um sistema de energia autónomo, bem como a correspondente formação visando o melhoramento dos conhecimentos de operação radar dos Agentes da PM.

O SCPM organizou, em parceria com a Escola Naval, da 3ª Conferência Internacional de Ciências do Mar subordinada ao tema “Meio Marinho - Uma riqueza a preservar. Combate à poluição”.

d) Recursos

(1) Recursos humanos

Quadro do pessoal	Categoria	Lotação	Existência
MILITAR (inclui Comissão do Domínio Público Marítimo)	Oficiais	101	95
	Sargentos	63	60
	Praças	139	126
	Sub-total	303	281
MILITARIZADOS	Polícias Marítimos	513*	542
	Troço-de-mar	113	115
	Faroleiros	152	143
	Sub-total	829	800
CIVIS	Administrativos do MPCM	202	171
	MPISN (admin., S/V, operários)	162	78
	Sub-total	364	239
	Total	1496	1320

*Mais 51 agentes em situações estatutárias específicas

Quadro 7.6 – Recursos humanos da DGAM/CGPM

(2) Recursos financeiros

Estrutura de Custos (todas as Fontes de Financiamento)	Euros		
	2013	2014	2015
61 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	161.495,02	193.484,96	240.705,67
62 - Fornecimentos e serviços externos	8.185.985,03	7.303.610,26	8.509.273,49
63 - Transferências correntes concedidas e prestações sociais	19.680,00	3.700,00	18.100,00
642 - Remunerações do pessoal -	39.592.222,82	39.014.791,12	38.786.662,27
645 - Encargos sobre remunerações	0,00	0,00	0,00
648 - Outros custos com o pessoal	18.035,77	22.023,21	19.623,90
65 - Outros custos e perdas operacionais	547,40	14.000,00	0,00
66 - Amortizações	3.401.309,38	3.242.286,64	3.313.278,70
68 - Custos e perdas financeiras	0,00	0,00	0,00
69 - Custos e perdas extraordinárias	4.215,90	3.670,74	17.075,13
Total	51.383.791,32	49.797.566,93	50.904.719,16

Execução Orçamental efetuada na DGAM (a)	Valores		
	2013	2014	2015
01 - Despesas com pessoal	28.644,26	31.161,37	19.339,16
02.01 - Aquisição de bens	2.055.291,52	1.886.027,35	2.414.279,05
02.02 - Aquisição de serviços	5.869.272,87	4.994.653,81	5.633.910,69
04 - Transferências Correntes	19.680,00	17.700,00	18.100,00
06 - Subsídios	21.273,63	24.657,21	8.222,24
07 - Aquisição de bens de capital	3.876.810,35	1.570.082,10	2.063.641,10
08 - Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
Total	11.870.972,63	8.524.281,84	10.157.492,24

Totalidade da Receita da DGAM	Valores		
	2013	2014	2015
R.04.01.99.99.05 – Taxas diversas-Outras - Organismos MDN	11.786.516,44	10.833.545,49	11.844.947,14
R.04.02.04.99.05 – Coimas e penalidades - Organismos MDN	265.893,10	237.572,46	246.430,99
R.06.03.01.01.05 – Transferência correntes-Estado	0,00	14.711,30	0,00
R.07.01.99.99.05 – Venda Bens: Outros - Organismos do MDN	35.025,75	9.067,28	85,00
R.07.02.99.99.05 – Venda Serviços: Outros - Organismos MDN	606.520,64	554.477,77	714.797,32
R.08.01.99.99.05 – Outras Receitas – Organismos MDN	4.834,56	16.927,94	25.461,87
R.16.01.03.01.05 – Saldo da Gerência Anterior : na posse serviço	43.362,82	0,00	0,00
R.16.01.05.01.05 – Saldo da Gerência Anterior: na posse Tesouro	0,00	0,00	359.640,69
R.16.01.05.02.05 – Saldo da Gerência Anterior: Tesouro	263.517,88	331.625,16	0,00
Total	13.005.671,19	11.997.927,40	13.191.363,01

(a) Contempla todas as fontes de financiamento exectadas pela DGAM. Não considera a execução efetuada em outras divisões, cujo financiamento foi assegurada pela DGAM por Transferência Interna (p.e.: pagamento de emolumentos e ajudas de custo)

(b) Quadro 7.7 – Recursos financeiros da DGAM/CGPM

(3) Recursos Materiais

Atividade	Tipo	Quantidade
Salvamento Marítimo (ISN)	Estações Salva-vidas	30
	Embarcações Salva-vidas (UAM)	15
	Embarcações semi-rígidas	60
	Botes pneumáticos tipo ZEBRO	14
	Motos de água	34
	Viaturas	36
Assinalamento Marítimo	Sistemas radioposicionamento DGPS	4
	Faróis (1)	53
	Farolins e boias (2)	890
	Sinais sonoros (3)	26
	Embarcações de apoio balizagem	4
	Viaturas	16
Policimento Marítimo	Residências associadas (4)	195
	Lanchas aladoras	10
	Botes	44
	Embarcações semi-rígidas	53
	Embarcações semi-rígidas EAV	22
	Embarcações semi-rígidas cabinadas	6
	Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)	14
	Motos de água	33
Apoio	Viaturas (todo o terreno tipo "O")	70
	Viaturas Moto (4x4 tipo "W")	55
	Botes	11
	Motos de água	4
	Embarcações Rígidas	3
Combate à Poluição	Embarcações semi-rígidas	3
	Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)	8
	Embarcações semi-rígidas cabinadas	3
	Embarcações de recolha portuária	2
	Meios de transporte, movimentação e armazenagem	23

Infraestruturas	Estações Salva-vidas	30
	Capitanias e Departamentos	33
	Postos de Fiscalização Marítimos	26
	Delegações Marítimas	17
	Bases Logísticas da DCPM	6

Notas:

(1) Continente 30, Açores 16, Madeira 7.

(2) DF 88 farolins e 20 boias, Administrações Portuárias 366 farolins e 416 boias.

(3) DF 14, Administrações Portuárias 12, boias com sinal sonoro 11

(4) Continente 145, Açores 38, Madeira 12

Quadro 7.8 – Recursos materiais da DGAM/CGPM

d) Avaliação final

Foram atingidos os objetivos definidos na documentação estratégica enquadradora da atividade da DGAM em vigor, materializados nas atividades previstas no Plano de Atividades de 2015 (PA 2015), considerando-se que os recursos disponíveis foram suficientes para assegurar o cumprimento das atividades, embora com impacto, face à necessidade de priorização de tarefas.

Os recursos financeiros disponibilizados à DGAM/CGPM em 2015 totalizaram 50.904.719 €, desagregados nas várias Fontes de Financiamento, conforme explanado no quadro 7.7.

A respeito dos recursos disponíveis, evidencia-se a necessidade de reforçar o quadro de pessoal da Polícia Marítima, adequando-o às missões que lhe estão atribuídas, preconizando-se o seu aumento para os 892 efetivos. Ainda ao nível dos recursos humanos, é também essencial o reforço dos atuais efetivos do quadro do pessoal civil do ISN, que se encontra muito deficitário para garantir a operacionalidade das Estações Salva-Vidas, sobre as quais recaem grandes responsabilidades no âmbito do salvamento marítimo e salvaguarda da vida humana no mar. No futuro, pretende-se reforçar a capacidade de Autoridade Marítima, de Combate à Poluição do Mar e de Assinalamento Marítimo, por via do treino e formação, aquisição de embarcações salva-vidas e de diversos meios náuticos e terrestres, passando pela aquisição de equipamento afeto ao programa de reapetrechamento da PM.

Em 2015 deu-se continuidade, nos termos do normativo vigente, ao acompanhamento e controlo de execução material e financeiro dos projetos financiados pela LPM e Investimento (Ex-PIDDAC), na aplicação Enterprise Project Manager. Nestes termos, todos os projetos desenvolvidos pela DGAM em 2015 foram inseridos nesta ferramenta, encontrando-se concluídos.

Os planos integrados de aquisição, ao nível dos meios informáticos, de cópia e de impressão, de contratos de assistência técnica, bem como, as medidas de contenção de processos promovidas ao nível das deslocações em território nacional, do imobilizado, de comunicações e dos encargos das instalações, permitiram disponibilizar recursos financeiros para outras necessidades, que dificilmente seriam satisfeitas.